

## As relações bilaterais Bolívia-Brasil e a integração energética de hidrocarbonetos

### The Bolivia-Brazil affairs and energy integration of hydrocarbons

Heloisa Marques Gimenez\*

---

Boletim Meridiano 47 vol. 16, n. 148, mar.-abr. 2015 [p. 3 a 9]

---

A relação bilateral Bolívia-Brasil tem agenda extensa e é tão antiga quanto a formação de ambos os Estados, no período pós-independência. Isso acontece principalmente pela vasta fronteira terrestre que compartilham, lidando desde muito cedo com o tema da delimitação territorial e com outros temas que daí decorrem, como o fluxo de pessoas e de mercadorias. A segurança, o contrabando e o descaminho, o roubo de veículos automotores, o narcotráfico, a agricultura, a integração de infraestrutura e a integração energética de hidrocarbonetos são os principais temas desta agenda bilateral.

Para o Brasil, a importação de hidrocarbonetos retirados de solo boliviano significou não apenas um tema de abastecimento de seu mercado interno, mas também um dos cenários de disputa por poder na região com a Argentina. Considerada por diversos teóricos geopolíticos como o *heartland* da América do Sul (BAPTISTA & SAAVEDRA, 1978; TRAVASSOS, 1938), a Bolívia contou constantemente em sua história com influência argentina e brasileira em diversos temas, incluindo petróleo e gás.

Desde que o Brasil intermediara as negociações entre Bolívia e Paraguai ao final da Guerra do Chaco (1932-1935), o país teve intenção de explorar o petróleo boliviano. Na ocasião, manifestou apoio à Bolívia ao posicionar-se contrariamente à perda de território por parte deste país (SANTOS, 1992).

Os antecedentes da atual integração de hidrocarbonetos entre Bolívia e Brasil têm seus primeiros marcos legais em 1938, quando foram assinados o Tratado sobre Vinculação Ferroviária entre Corumbá e Santa Cruz de La Sierra e o Tratado sobre Saída e Aproveitamento do Petróleo Boliviano, nos governos Germán Bush, da Bolívia, e Getúlio Vargas, do Brasil. O primeiro destes tratados buscava concretizar uma rota interoceânica Atlântico-Pacífico por meio do território boliviano, conectando-o ao porto de Santos e ao rio Paraguai. O instrumento previa intercâmbio comercial entre Bolívia e Brasil e facilidades para a circulação dos produtos, que seria garantida por meio da cooperação econômica e técnica brasileira para a construção da ferrovia. O pagamento pelo investimento brasileiro nas obras de vinculação ferroviária poderia ser feito pela Bolívia em dinheiro ou em petróleo (SANTOS, 1992).

O segundo instrumento, que tinha o petróleo como escopo, versava, sobretudo, acerca da concorrência de capital brasileiro na realização dos estudos sobre o valor industrial das jazidas de petróleo na região subandina da Bolívia, com a contrapartida de acesso facilitado pelo Brasil ao que fosse produzido. Embora o investimento previsto tivesse seu valor total dividido em montantes iguais aos dois países, por meio de sociedades mistas binacionais, o Brasil adiantaria o valor correspondente à Bolívia. Quando explorado, a ordem de prioridade no

---

\* Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, Brasil (heloisagimenez@gmail.com).

destino do petróleo seria o mercado boliviano, seguido do mercado brasileiro, e o restante poderia ser exportado pela Bolívia a outros destinos. Esta parceria protegia a Bolívia da ameaça paraguaia sobre o recurso e a região, o que significava também uma estratégia de integração e consolidação territorial para a Bolívia (ESCOBARI CUSICANQUI, 1986; SANTOS, 1992). Após a inauguração da ferrovia, em 1955, houve o entendimento entre os presidentes Café Filho e Víctor Paz Estenssoro de que tais acordos deveriam ser revisados, resultando, em 1958, nos chamados Acordos de Roboré. As notas reversais que conformaram tais acordos contemplavam a demanda boliviana de revisão dos termos de 1938.

O caráter político das notas reversais de 1958 foi o abandono da cooperação econômica, ao dispensar o projeto de desenvolvimento integrado entre Bolívia e Brasil presente nos tratados de vinte anos antes. Seu escopo concentrava-se na facilidade de trânsito, nas zonas francas, na cooperação bancária e comercial, no intercâmbio cultural, na definição de limites e no petróleo. Assim, reduzia a área destinada à exploração, chamada de zona de estudos, e redefinía a natureza das competências, nos seguintes termos: era denominada Área A porção correspondente a 60% do total, destinada à exploração pela empresa estatal boliviana *Yacimientos Petrolíferos Fiscales de Bolivia* (YPFB); a Área B, os 40% restantes, ficava destinada à exploração por empresas privadas de capital brasileiro. Para isso, a tramitação das concessões às empresas brasileiras deveria ser obtida em 18 meses; após esse período o direito de exploração passaria à Bolívia. Quanto ao destino do petróleo extraído, ficava estabelecido que, após satisfeitas as necessidades de consumo da Bolívia, o Brasil estaria obrigado a comprar 100 mil barris diários de petróleo cru, tanto da área B como da área A. O Brasil estava também obrigado a comprar toda a produção de gás da área B, além de 5 mil barris por dia da área A. Assim que a produção permitisse, seriam construídos um oleoduto e um gasoduto financiados pelo Brasil, mas de propriedade da YPFB (SANTOS, 1992; FERNÁNDEZ SAAVEDRA, 2014; ESCOBARI CUSICANQUI, 1986).

Quanto ao gás natural, os primeiros esboços de acordo entre a YPFB e a Petrobras foram feitos entre os governos Hugo Bánzer e Ernesto Geisel, respectivamente, em negociações desenvolvidas entre 1972 e 1977. Embora não tenham se concretizado por completo, serviram de base às negociações que seguiriam durante a década de 1980 e que resultariam na década de 1990, na inauguração do gasoduto Bolívia-Brasil (Gasbol). As negociações entre as equipes de Hugo Bánzer e Ernesto Geisel incluíam o fornecimento de gás pela Bolívia e o estabelecimento de um polo industrial, pelo Brasil, em território boliviano (FERNÁNDEZ SAAVEDRA, 2014, p. 39).

As primeiras negociações acerca do gás entre Hugo Bánzer e Ernesto Geisel ocorreram quando este era ainda presidente da Petrobras e do Conselho Nacional do Petróleo, em 1972. Essas negociações se estenderam ao longo de seu mandato presidencial (1974-1979), Bánzer era presidente da Bolívia. No início da década, o acesso brasileiro ao gás boliviano não prosperou por causa de acordos já firmados pela Bolívia com a Argentina peronista; a intenção declarada por Geisel era a de compra de gás via gasoduto, o que implicaria em acordos também para a sua construção. A Bolívia se beneficiava, à época, da crise internacional do petróleo e praticava sua política pendular entre Brasil e Argentina (FERNÁNDEZ SAAVEDRA, 2014).

Em 1974, foi celebrado, em Cochabamba, o Acordo de Cooperação e Complementação Industrial, que previa a compra, pelo Brasil, de aproximadamente 7 milhões de metros cúbicos diários de gás boliviano durante vinte anos, além do estabelecimento de um polo industrial na Bolívia que incluiria um complexo siderúrgico, um de fertilizantes nitrogenados e uma fábrica de cimento, envolvendo financiamento e compra de produção por parte do Brasil. O Acordo, que não foi colocado em prática, seria novamente reivindicado durante a gestão dos mesmos presidentes em 1978 (aumentando a compra diária pelo Brasil em 4 milhões de metros cúbicos), por meio de uma declaração conjunta, mas embasaria celebrações concretas apenas na década de 1980 (FERNÁNDEZ SAAVEDRA, 2014).

Novas comissões de negociação foram destacadas, em 1984, pelos presidentes Hernán Siles Suazo e João Figueiredo, para retomar o debate da cooperação energética de hidrocarbonetos. As negociações desta ocasião resgatavam o Acordo de Cochabamba de 1974 e a Declaração Conjunta de 1978, e estendiam agora a previsão de construção do gasoduto até o estado de São Paulo. Os termos dessas negociações só foram celebrados, no entanto, em 1988, e com poucas modificações, já sob o governo civil de José Sarney, no Brasil, e o governo boliviano de Paz Estenssoro, na Bolívia.

A negociações realizadas no final da década de 1980 garantiram a construção do gasoduto e embasaram os termos da relação entre as empresas petrolíferas estatais de Bolívia e Brasil, que se fortaleceria nas décadas seguintes. Contribuíram para isso foram a queda da capacidade argentina de comprar gás boliviano – cujos contratos findariam em 1992 – e a definição do governo de São Paulo de trocar sua matriz energética para o gás natural.

Em 1989, o presidente boliviano Jaime Paz centrou esforços para efetivar condições de acesso ao mercado brasileiro por meio do gasoduto Santa Cruz – Corumbá – São Paulo. Argentina e Paraguai chegaram a apresentar à Bolívia e ao Brasil uma proposta para que o gasoduto saísse da Bolívia via Paraguai, de onde receberia conexões para receber gás também da Argentina, e assim adentrar o Brasil via Paraná e abastecer as regiões sul e sudeste do país. Para o Brasil, essa era uma opção mais custosa em termos políticos e econômicos; para a Bolívia, significava a diluição do seu controle territorial e dos recursos naturais da sua porção oriental, região que se iniciava no desenvolvimento do agronegócio da soja, futuro beneficiário do empreendimento. Nesse sentido, os negociadores bolivianos e brasileiros passaram a trabalhar em uma proposta de “integração energética” exclusiva entre os países (FERNÁNDEZ SAAVEDRA, 2014).

Em 1991, foi assinada a Carta de Intenções sobre o Processo de Integração Energética entre Bolívia e Brasil, pelos presidentes Jaime Paz e Fernando Collor de Melo, que oficializava a compra do gás boliviano pelo Brasil. O contrato entre a YPFB e a Petrobras foi estabelecido em 1992 e firmado definitivamente no ano seguinte. Assim, seguiram-se investimentos na exploração conjunta dos recursos naturais que resultaram na construção do Gasbol, iniciada em 1996 (MEIRA, 2009).

Em dezembro de 1998, no governo FHC no Brasil (e Gonzalo Sánchez de Lozada, na Bolívia), foi inaugurado o gasoduto Bolívia-Brasil, consolidando a relação bilateral em matéria hidrocarbonífera que se desenrolava desde os anos 1930 e, para o Brasil, representava um replanejamento energético das regiões sul e sudeste, com a priorização da utilização do gás natural. O gasoduto contaria, até sua conclusão, em 1999, com 3.150 quilômetros de dutos construídos – 2.593 correspondentes ao trecho brasileiro, o que representou um aumento de 60% na quantidade existente até então no país – e permitia a comercialização contínua de 30 milhões de metros cúbicos do combustível transportado (PETROBRAS, 1999).

O empreendimento teve investimento de US\$ 2 bilhões, e incluía financiamento internacional do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento, da Corporação Andina de Fomento, do Banco Europeu de Investimentos, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e de agências de crédito à exportação. O Sistema Petrobras inaugurou um novo modelo de parcerias empresariais, adequadas ao também recente regime de flexibilização do monopólio estatal do petróleo no Brasil, no qual a Gaspetro coordenou a participação de empresas oriundas de quatro continentes (PETROBRAS, 1999).

Na Bolívia, houve fortes críticas quanto à presença estrangeira e da estatal brasileira Petrobras em seu território. Enquanto FHC capitalizava a inauguração do gasoduto positivamente, seu contraparte Hugo Bánzer padeceu com críticas sobre o antinacionalismo de suas ações (MEIRA, 2009). Com a situação interna agravada pela crise da água, que culminou na chamada Guerra da Água em 2000, a Bolívia construiria um ambiente social extremamente crítico ao modo como o Estado vinha manejando os recursos naturais do país.

Nesta virada do século em que convulsões sociais derrubavam presidentes na Bolívia, foi realizado, em julho de 2004, durante o governo Carlos Mesa, um referendo a respeito de uma possível nacionalização das reservas de hidrocarbonetos e as condições sob as quais se dariam. O resultado favorável à retomada pelo Estado boliviano do controle sobre suas reservas deu sustentação ao governo Evo Morales para, em 2006, levar a cabo a nacionalização dos hidrocarbonetos no país – o mesmo governo, o primeiro de caráter indígena da América Latina, também havia sido levantado a partir das bases sociais convulsionadas na década anterior, reativas à agenda neoliberal.

O Decreto de Nacionalização era, segundo Fuser (2011), radical na retórica e moderado nas decisões. A nacionalização dos recursos naturais expressa pelo Decreto concentrava-se em: reafirmar a propriedade estatal sobre o petróleo e o gás natural; aumentar a receita do Estado com a renegociação dos contratos com as empresas estrangeiras; estabelecer o protagonismo estatal no setor, recuperando, por meio da YPFB, o controle acionário sobre as empresas “capitalizadas” durante o período neoliberal; fomentar uma política de industrialização desenvolvimentista que transformasse tais recursos em produtos de maior valor agregado (FUSER, 2011).

A resposta do governo brasileiro, sob o comando de Luiz Inácio Lula da Silva, veio a público no dia seguinte, demonstrando a disposição deste em manter as boas relações com o país vizinho e a manutenção da integração energética sob os novos parâmetros. A Nota à Imprensa, divulgada pela Presidência da República, reconhecia a ação do governo boliviano como ato inerente à sua soberania, afirmava que agiria com tranquilidade nas negociações que garantiriam os interesses da Petrobras, e informava que, de acordo com conversa telefônica entre os presidentes, o fornecimento de gás ao Brasil não seria interrompido (GARCIA, 2008).

A disposição brasileira em reconhecer a soberania boliviana para retomar o controle sobre seus recursos naturais não significa que a renegociação entre YPFB e Petrobras foi fácil. O contexto propiciou novamente a entrada da Argentina como interessada na compra do gás boliviano, e das negociações participaram também outras empresas estrangeiras. Os novos contratos entraram em vigor em 2007 (PINTO, 2011).

## Política Externa Brasileira, matriz energética e hidrocarbonetos na relação Bolívia-Brasil: alguns apontamentos

A relação bilateral Bolívia-Brasil no tema de hidrocarbonetos pode ser dividida em quatro fases principais. A primeira é a fase 1930-1960, período compreendido entre as negociações de paz entre Bolívia e Paraguai ao final da Guerra do Chaco em 1935, mediadas pelo Brasil, e o final da década de 1960 – momento em que ambos países passaram por golpes militares, tiveram ditaduras implantadas e as negociações não haviam sido retomadas. Esse longo período coincidiu com o início da industrialização no Brasil e com o desenvolvimentismo na região, por força das elaborações da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). A procura do Brasil pela colaboração energética com a Bolívia ocorreu nos marcos de sua própria industrialização e na possibilidade de desenvolver a indústria petroleira nacional; ao mesmo tempo, o Brasil investia na hidroeletricidade com a criação de usinas e estatais do setor. Além disso, era importante a disputa com a Argentina por influência em um território geopoliticamente estratégico como o da Bolívia (TRAVASSOS, 1938).

A segunda fase é de 1970-1980, na qual as negociações ocorreram entre regimes de ditaduras militares na primeira década e em um contexto de abertura democrática e crise econômica na segunda. As negociações nos anos 1970 foram intensas, embora não tenham se convertido em mudanças no estabelecido. Esse foi um momento em que o Brasil deu importância para as relações no continente, com destaque para o estabelecimento da Associação Latino-americana de Integração e do Tratado de Cooperação Amazônica. Internamente, houve

investimento na diversificação da matriz energética nacional com o Proálcool e a construção da usina hidrelétrica de Itaipu (VENTURA FILHO, 2009).

O contexto político e econômico no qual se deu a transição democrática no Brasil não foi particular, e sim conectado com os demais países latino-americanos. Os projetos de desenvolvimento nacional adotados por diversos países do continente foram abalados pela *crise da dívida*, situação gerada pelo aumento da taxa de juros por parte do banco central dos Estados Unidos em 1981. Em 1982, a Guerra das Malvinas significou não apenas um ataque à Argentina, mas um sinal de vulnerabilidade geopolítica para toda a América do Sul perante os países desenvolvidos. Neste cenário político e econômico desfavorável, a política externa do presidente Figueiredo se autodenominava *universalismo* e buscava manter a autonomia do Brasil no sistema internacional com relação aos países desenvolvidos. (VIZENTINI, 2003).

Para Cervo (2003), a transição de regime político no Brasil provocou poucos impactos no modelo de inserção internacional do país. Segundo ele, assim como a abertura política vinha sendo gestada pelos militares desde 1974, o caminho para a integração sul-americana também havia sido apontado pelo regime militar, por meio dos entendimentos entre Brasil e Argentina para a exploração da Bacia do Prata e para a cooperação na área nuclear. Com poucas condições de barganha junto ao Fundo Monetário Internacional e ao Banco Mundial, isso significava um Brasil disposto a participar internacionalmente a partir de um mercado aberto e conectado ao de outros países: a situação pela qual passavam os países do continente apontou para a integração entre si como possibilidade de solução; de apoios bilaterais específicos seria gestado, no final da década de 1980, e consolidado no início da década de 1990, o Mercado Comum do Sul (Mercosul). Os esforços empreendidos na construção do Gasbol alavancariam a então participação de 1% do gás natural na matriz energética nacional (VENTURA FILHO, 2009).

A década de 1990 corresponderia à terceira das fases, período caracterizado pelo regionalismo aberto na América Latina (CORAZZA, 2006). O fim Guerra Fria e da bipolaridade trouxe consigo o liberalismo no campo econômico, que predominou no continente e passou a ser chamado de neoliberalismo. Os países latino-americanos assumiam o desafio de manter internamente suas democracias e, ao mesmo tempo, fortalecer arranjos sub-regionais e seus foros institucionais.

Nesse período verificam-se duas correntes principais no Itamaraty: a *autonomista* e a *globalista* – a partir da qual há apoio expresso do Brasil aos regimes internacionais que emergiam desde a década anterior e adquiriam protagonismo, porém reivindicando *soberania compartilhada* e *autonomia pela participação* como valores globais a serem encampados por todos os países. Ambas as perspectivas agregavam-se teoricamente às ideias liberais, e revelavam uma vinculação entre democracia, integração regional, segurança regional e perspectivas de desenvolvimento nacional (SARAIVA, 2007). Nesse sentido, os governos de Fernando Collor de Melo e de Itamar Franco caracterizavam-se principalmente pela primeira corrente, enquanto no governo FHC observou-se uma combinação de ambas.

As décadas de 2000-2010 seriam a quarta fase deste ponto na relação bilateral Bolívia-Brasil, quando consolidou-se a noção de América do Sul (AMORIM, 2011) e a União das Nações Sul-americanas, para a qual a integração energética é central. O governo Luiz Inácio Lula da Silva e, em certa medida, a gestão Dilma Rousseff, praticariam a autonomia por um viés multilateralista, que privilegia as relações sul-sul, denominados por Vigevani e Cepaluni (2007) como *autonomia pela diversificação*. Mesmo diante da descoberta do Pré-sal, a manutenção da integração energética com a Bolívia seguiu como prioridade política e, em 2008, o gás compreendia 10% da matriz energética nacional, atrás do petróleo e da hidroeletricidade (VENTURA FILHO, 2009).

Ao longo do período estudado, o Brasil evoluiu para uma matriz energética com significativa participação de fontes renováveis, entre as maiores do mundo (49% do total, segundo o Balanço Energético Nacional de 2014), aproveitando seu potencial hidroelétrico associado a outros recursos. Ao mesmo tempo, consolidou a indústria

nacional de petróleo e gás a partir de importações e, posteriormente, de jazidas próprias. Em todo esse trajeto a participação da Bolívia esteve presente e foi fundamental. Em perspectiva regional, o potencial energético boliviano tem, inclusive, facilitado o debate sobre a sua adesão ao Mercosul.

## Considerações finais

A atual integração energética de petróleo e gás concretizou-se apenas na década de 1990, no âmbito da construção de um ambiente regional de integração. Desde as negociações sobre “colaboração energética” da primeira metade do século XX, envolvendo recursos naturais do território boliviano, Petrobras, investimentos de bancos e empresas internacionais e os dois Estados, observa-se um padrão de continuidade nestas negociações ao longo da história.

Durantes as fases de negociação, os contextos internos da Bolívia e do Brasil variaram bastante (desenvolvimentistas cepalinos, ditaduras militares, período neoliberal, retomada recente de governos de apelo nacionalista, além de tensões relacionadas a forças internas favoráveis e contrárias aos acordos energéticos bilaterais – não exauridas aqui), assim como o contexto internacional (II Guerra Mundial, Guerra Fria, crise do petróleo, *crise da dívida*, neoliberalismo, crise internacional dos anos 2000). De ambos os lados, houve preocupação com a perda de soberania por seus respectivos países, ao passo que as equipes dos diferentes governos desenvolvem as negociações de maneira consensual. Outra questão é a assimetria entre os países; uma análise que relativiza o impacto do papel do Brasil enquanto parte negociadora mais forte econômica e politicamente, atribui as condições dos acordos à uma conjuntura mais ampla do mercado mundial de hidrocarbonetos. Posições internas adversas às respectivas decisões governamentais a respeito desta colaboração energética demonstram a complexidade do debate do nacionalismo nos países latino-americanos, na medida em que as condições de inserção internacional de cada um deles são desiguais, portanto de inevitável impacto quando relacionam-se entre si.

Embora haja um contraste entre a integração regional a partir dos anos 1990 e o período anterior, não acreditamos que a integração energética concretizou-se, pelo lado brasileiro, como causa de políticas globalistas autônomas, *pela participação ou pela diversificação*. Entendemos que o processo de amadurecimento histórico e político de ambos os países no que se refere à integração, o crescimento e urgência da demanda por energia com a urbanização e a industrialização é que possibilitaram a realização da integração neste setor. Independentemente do padrão de política externa, integracionista ou fechado, verifica-se que esta parceria energética sempre esteve na agenda entre Bolívia e Brasil.

## Referências bibliográficas

- AMORIM, Celso. (2011) *Conversas com jovens diplomatas*. São Paulo: Benvirá, 600 p.
- BAPTISTA GUMUCIO, Mariano, SAAVEDRA WEISE, Agustín. (1978) *Antología Geopolítica de Bolivia*. La Paz: Amigos del Libro. 389 p.
- CEPALUNI, Gabriel, VIGEVANI, Tullo. (2007) *A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação*. Contexto Internacional, Vol. 29, Nº 2, p. 273-335.
- CERVO, Amado L. Ed. (2008) *Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 297 p.
- CORAZZA, Gentil. “O ‘regionalismo aberto’ da CEPAL e a inserção da América Latina na globalização”. *Ensaio FEE, Porto Alegre*, v. 27, n. 1, p. 135-152, maio 2006.
- EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. *Balanço Energético Nacional 2014*. Rio de Janeiro: Ministério de Minas e Energia, 54 p.

- ESCOBARI CUSICANQUI, Jorge. (1986) Brasil y el petróleo boliviano. Los acuerdos de roboré, la venta del gas. La Paz: Juventud, 247 p.
- FERNÁNDEZ SAAVEDRA, Gustavo. (2014) Ensayos sobre política exterior. La Paz: Plural, 175 p.
- FUSER, Igor, (2011) Conflitos e contratos – A Petrobras, o nacionalismo boliviano e a interdependência do gás natural (2002-2010). Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, Departamento de Ciência Política, 316 p.
- GARCIA, Eugênio V. (2008) Diplomacia Brasileira e Política Externa: documentos históricos 1493-2008. Rio de Janeiro: Contraponto, 751 p.
- MEIRA, Rodrigo S. (2009) Brasil, Bolívia, hidrocarbonetos e o processo de integração energética na América do Sul. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais, 120 p.
- PETROBRAS. (1999) Gasoduto Bolívia-Brasil: rota de progresso para a América Latina. Rio de Janeiro: Mauad, Petrobras. 78 p.
- PINTO, Luiz F. S., (2011) A Petrobras na América do Sul. In: BARROS, Pedro S., CALIXTRE, André B., VIANA, André, R., (Orgs.) Governança Global e Integração da América do Sul. Brasília: IPEA, 318 p.
- SANTOS, Maria C. (1992) O Brasil e a exploração do petróleo na Bolívia. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Departamento de História, 152 p.
- SARAIVA, Mirian G. (2007) As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007. Revista Brasileira de Política Internacional, Vol. 50, Nº 2, p. 42-59.
- TRAVASSOS, Mário. (1938) Projeção continental do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 214 p.
- VENTURA FILHO, Altino. (2009) O Brasil no contexto energético mundial. São Paulo: NAIPPE, USP, 29 p.
- VIZENTINI, Paulo F. Ed. (2008) Relações internacionais do Brasil: de Vargas a Lula. São Paulo: Perseu Abramo, 136 p.

## Resumo

Este artigo resgata a trajetória da relação Bolívia-Brasil sobre colaboração e integração energética dos hidrocarbonetos petróleo e gás natural, a partir da qual são identificadas tendências de atuação da Política Externa Brasileira. Apesar dos contextos internos e de integração regional distintos ao longo do tempo, há um perfil de continuidade na atuação brasileira neste caso.

## Abstract

This article presents the trajectory of the Bolivia-Brazil relationship of cooperation and energy integration of hydrocarbon oil and natural gas, from which are identified trends in the Brazilian Foreign Policy. Despite different internal and regional integration contexts over time, there is a continuity profile in Brazil's performance in this case.

**Palavras-chave:** relação Bolívia-Brasil; integração energética de hidrocarbonetos; Política Externa Brasileira

**Key-words:** Bolivia-Brazil affairs; energy integration of hydrocabons; Brazilian Foreign Policy

Recebido em 10/01/2015

Aprovado em 07/04/2015